

Maternidade, gênero e ciência: reflexões e tensionamentos¹

Marina Fisher Nucci² (IMS/ UERJ/ RJ)

Palavras-chave: maternidade; gênero; ciência

Introdução:

Os estudos sobre gênero e ciência constituem um campo de reflexão tradicional e bastante consolidado, que surge a partir de um paralelo entre os estudos de gênero, e os estudos sociais da ciência, uma vez que ambos partem da desconstrução da ideia de natureza: assim como o gênero não seria mero “espelho” do sexo, a ciência não espelharia a natureza. Assim, enquanto um campo se dedicava à análise da construção social do gênero, o outro investigava os processos de construção social da ciência. É apenas a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, com a emergência de uma crítica feminista à ciência, que os dois campos começam a convergir. Neste momento, o questionamento e a desconstrução dos ideais da ciência Moderna – como a ideia de objetividade e neutralidade científica –, e a necessidade de se chamar atenção para o caráter histórico, social e político dos fatos científicos, tornam-se um ponto importante na agenda feminista (CITELI, 2001; CAMARGO JR.; ROHDEN; CACERES, 2009; NUCCI, 2018).

De maneira geral, os estudos de gênero e ciência podem ser divididos em duas correntes. A primeira se ocupa em analisar as desigualdades de gênero, e a presença ou ausência de mulheres na prática científica, chamando atenção para sua exclusão histórica. Uma segunda corrente, de modo complementar, procura investigar o conhecimento científico em si, isto é, o modo através do qual ele é construído, tendo como ponto de partida a crítica à neutralidade científica (CITELI, 2001; CAMARGO JR.; ROHDEN; CACERES, 2009; NUCCI, 2018). Neste trabalho, parto deste campo de estudos para refletir sobre um aspecto específico: a relação entre maternidade e ciência.

¹ “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Bolsista pós-doutorado Faperj Nota 10.

Para tal, parto do que observa Londa Schiebinger (2001) em “O feminismo mudou a ciência?”. Em seu trabalho, a autora observa como os arranjos domésticos são parte constituinte da “cultura” ou do “campo” da ciência. Neste sentido, o conflito ou a dificuldade em se “conciliar” carreira científica e maternidade não devem ser pensados como um assunto privado. Para ela: “O ‘campo de jogo’ da ciência nunca será nivelado enquanto o cuidado com as crianças e a administração doméstica continuarem a ser considerados uma responsabilidade da mulher” (SCHIEBINGER, 2001, p. 195).

Recentemente, têm surgido diferentes mobilizações que procuram dar visibilidade a esta questão³. Dentre tais mobilizações, podemos destacar o Projeto *Parent in Science*, criado por Fernanda Staniscuaski, professora da UFRGS e pesquisadora na área das ciências biológicas. O *Parent in Science* realizou, em maio de 2018 em Porto Alegre, o “1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência”, com a presença de pesquisadoras de diversas áreas. O evento teve a presença de muitas mulheres, a maioria mães, e contou com um espaço de recreação para as crianças. A partir do Simpósio também foi lançado o movimento “Maternidade no Lattes”, com o objetivo de chamar atenção para o impacto da maternidade na carreira das mulheres, fazendo com que agências de fomento e instituições de pesquisa considerem a maternidade como parte da carreira das cientistas.

Assim, procuro, neste trabalho, explorar os ideais de maternidade e de ciência que permeiam o Projeto *Parent in Science*, utilizando como material privilegiado de discussão o “1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência” (a partir da transmissão das palestras e debates, disponível online⁴) e a página do Projeto no *Facebook*. Meu objetivo aqui não é uma análise do *Parent in Science* em si, mas sim provocar uma discussão utilizando-o como um “caso”. Deste modo, meu objetivo é discutir os tensionamentos – mas também os limites – da crítica ao “campo da ciência” e à lógica produtivista científica. Reflito também sobre ideais de objetividade científica, bem como possíveis diálogos e tensões entre ciências humanas e sociais, de um lado, e exatas e biológicas de outro. Além disso, interessa também analisar criticamente os

³ É preciso notar que no Brasil, na atualidade, a maternidade em si também parece estar cada vez mais em discussão na cena pública, seja através do chamado movimento pelo parto humanizado (ver, por exemplo Carneiro, 2011 e Tornquist, 2004), seja através de grupos de mães, como os grupos de “maternidade ativa” (ver Pulhez, 2015) ou “maternidade mamífera” (ALZUGUIR; NUCCI, 2015). Em maior ou menor medida, e com maior ou menor tensionamento, tais discussões procuram articular feminismo e maternidade. Neste mesmo sentido, o trabalho de Lucila Scavone (2001) nos ajuda a pensar, a partir de uma perspectiva histórica, nas relações – por muitas vezes tensas – entre maternidade e feminismo.

⁴ < <https://www.parentinscience.com/> > - último acesso em outubro de 2018.

ideais em torno da “parentalidade” e do papel da “boa mãe” que, no Simpósio do *Parent in Science*, se evidenciou especialmente a partir de uma palestra – e seu debate subsequente – sobre cuidado parental e desenvolvimento cerebral de roedores.

1. Maternidade e ciência: qual(is) maternidade(s) e qual(is) ciência(s)?

O “1º Simpósio sobre Maternidade e Ciência”, organizado pelo *Parent in Science*, contou com dois dias de programação e dez palestras e mesas-redondas. A mesa de abertura, intitulada “Um estudo detalhado sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras” foi proferida por Fernanda Staniscuaski, professora da Biologia da UFRGS, criadora do projeto.

Fernanda inicia sua fala contando sobre como o *Parent in Science* foi criado. Mãe de dois filhos e grávida do terceiro na ocasião, conta que optou por exercer, em suas palavras, uma “maternidade com dedicação exclusiva”. Completa: “Decidimos enquanto família que os guris ficariam com a gente no primeiro ano de vida”. Como o marido também é professor universitário, passados os seis meses de licença maternidade, os dois se dividiram no cuidado com os filhos e se revezaram enquanto cada um precisava sair para dar aula. Com isso, Fernanda manteve as atividades docentes, mas, em suas palavras, deixou o laboratório em segundo plano, o que fez com que sua produção científica caísse. Como consequência, teve pedidos de bolsa e editais indeferidos, por não ter publicado nada no primeiro ano de vida dos filhos. Esse “buraco no Lattes”, como Fernanda diz, “não poderia ser completado com a certidão de nascimento das crianças”. Fernanda relata, então, ter buscado literatura sobre o assunto e não ter encontrado nenhum estudo sobre maternidade e ciência no Brasil, nem tampouco dados do CNPq sobre o assunto. Por conta disso, Fernanda então se organizou com outros pesquisadores na mesma situação (alguns homens, mas na sua maioria mulheres) e criou o *Parent in Science*.

Uma primeira estratégia do grupo foi lançar um questionário *online* voltado para professoras universitárias, para tentar mapear o impacto da maternidade na carreira das mulheres. O questionário, que ainda está disponível *online*, até então já havia sido respondido por 1182 docentes, sendo 78% mães de crianças pequenas. Nele, há

perguntas sobre a produção científica antes, durante e após o nascimento dos filhos, perguntas sobre o tempo de licença maternidade, onde e com quem ficam os filhos durante o trabalho das mães, entre outras.

A palestra de Fernanda é seguida por um debate com bastante participação da plateia. As colocações são marcadas por relatos pessoais de professoras que foram descredenciadas da pós e/ou perderam suas bolsas de produtividade no retorno da licença maternidade, e também de estudantes e pesquisadoras de diversos níveis de formação, contando suas experiências.

Críticas importantes são feitas por Moema de Castro Guedes, professora das ciências sociais da UFRRJ, que participaria de uma mesa mais tarde. Moema diz:

Sou de sociologia, então tenho um olhar mais das ciências humanas sobre essa discussão e sobre a contribuição gigantesca dos estudos de gênero, família e mercado de trabalho têm no Brasil. Essa é uma discussão muito tradicional de estudos, então eu fico um pouco preocupada quando a Fernanda fala que não tem nada escrito, tem muita coisa escrita! (Moema)

Fernanda responde que “Não tem nada de números. E sobre maternidade, e não de gênero, né?”. A resposta de Fernanda abre espaço para um ponto de discordância entre as duas. Moema afirma que a discussão sobre maternidade precisa necessariamente passar pelo gênero. Em suas palavras:

Não tem como pensar maternidade sem pensar as relações de gênero e sem pensar a família como uma instituição que generifica os sujeitos. Quais relações de poder são essas? Quais maternidades são essas? Porque pra nós, da sociologia, parece muito claro que há representações distintas de maternidade circulando na nossa sociedade. Então temos que tomar um pouco de cuidado, porque [a discussão] não passa pela valorização de uma maternidade tradicional. [...] A discussão caminha em se desconstruir a maternidade tradicional e pensar novas formas em que a maternidade não seja tão pesada para as mulheres. (Moema)

Mais tarde, em sua palestra, Moema reforça novamente que a discussão sobre maternidade e ciência precisa ser pensada dentro dos estudos de gênero. Em suas palavras: “Maternidade não é para nós – e imagino que pra grande parte de vocês – biológica, né? É uma construção social, que mudou historicamente”. Observa também que parte da discussão precisa passar pela divisão de tarefas do casal: “Não adianta falarmos só em macroestruturas se os homens não estão dividindo as tarefas de reprodução social.” Para ela, é preciso uma mudança de mentalidade e capacidade de

criar ou não tensionamentos dentro de casa e pressionar os homens a assumirem essas tarefas.

Moema critica também a ideia de neutralidade científica, chamando atenção para a estrutura androcêntrica da ciência, que reproduziria relações de poder. Ao mesmo tempo, Fernanda Staniscuaski, em resposta à Moema, reforça diferenças de perspectiva entre ciências humanas/ sociais e exatas/ biológicas, dizendo que: “Pra gente, das ciências biológicas, é muito mais fácil quebrar a barreira de discussão, porque eu trago números e dados concretos.” As ciências sociais aparecem, assim, como as ciências que “problematizam”, mas que são efetivamente pouco ouvidas, enquanto as ciências biológicas e exatas seriam aquelas dotadas de maior objetividade, na forma de números e dados concretos, e, por isso, com maior capacidade de “quebrar as barreiras” das agências de fomento, por exemplo.

O debate revela uma divergência de perspectivas. Silvana Bitencourt, do Departamento de Sociologia e Política da UFMT, que também se apresentaria depois em outra mesa, ao pedir a palavra para fazer uma colocação, brinca com essa divergência. Ela diz, gerando risadas da plateia: “Estava pedindo o microfone há muito tempo e não me passavam, não sei por quê. Vai ver é porque sou da sociologia”. Posteriormente, em sua palestra, Silvana observa que as ciências sociais têm perspectivas distintas a respeito do que é a ciência. Fazendo eco ao que disse Moema, reforça que há um referencial teórico dos estudos de gênero, que já vem debatendo a temática há tempos, mas que não dialoga com as ciências duras.

Em resumo, o que o posicionamento das duas sociólogas procura mostrar é que há diferentes maternidades e diferentes ciências que estão em disputa quando se fala em “maternidade e ciência”. Observam também que, para se refletir criticamente sobre a relação entre maternidade e ciência, é preciso pensar de uma maneira mais ampla o produtivismo acadêmico e a dedicação ao tempo de trabalho. Este último ponto permeia, em especial, a mesa organizada com vencedoras recentes do Prêmio *L'Oréal* Para Mulheres na Ciência, importante premiação voltada apenas para trabalhos na área das ciências exatas e biológicas, que tratarei a seguir.

A mesa foi moderada pela geneticista Ida Schwartz (UFRGS), vencedora do Prêmio *L'Oréal* em 2007, que inicia com um relato pessoal: “tenho a obrigação de falar para vocês, porque várias mulheres têm receio de falar sobre isso”, diz ela. Conta, então,

sobre suas dificuldades para gerar um filho, e como passou por cinco sessões de fertilização *in vitro* até engravidar. Ida chama atenção para, em suas palavras, “os riscos biológicos da idade materna avançada”, que devem ser levados em conta na equação maternidade e carreira. Um relato similar já havia aparecido anteriormente durante o debate da mesa de abertura, em que uma das mulheres da plateia conta estar tentando engravidar a quatro anos, ao mesmo tempo em que tentava também uma colocação como professora universitária de universidade pública. Em suas palavras: “Não tem como fazer um concurso pra uma federal e no mesmo mês fazer uma fertilização”.

A mesa segue com relatos pessoais das palestrantes, ilustradas por fotografias de seus filhos. Todas frisam a necessidade de “redes de apoio” para ajudar a criar os filhos, e contam as dificuldades enfrentadas em suas jornadas, assim como a alegria de receber um prêmio tão importante para suas carreiras. Uma das componentes da mesa, Adriana Neumann, do Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS, relata que, ao ter sua primeira filha quando já era professora universitária, precisou repensar sua relação com o tempo e a forma como trabalhava. Em uma fala emocionada, diz que se sentiu culpada por passar a ir menos à universidade e trabalhar mais de casa para ficar mais tempo com a filha, além de ter mais tempo de lazer do que costumava ter antes, quando era comum trabalhar à noite ou finais de semana. “Eu achava que não estava trabalhando”, diz ela, “mas meu conceito de trabalhar tinha mudado e eu não tinha percebido ainda”. Embora por um lado Adriana diga que achava que antes trabalhava por mais horas, ela afirma que após o nascimento da filha passou a ter mais qualidade nas horas de trabalho, e a organizar melhor seu tempo.

2. Instinto materno, cérebros e hormônios, ou, “irá o cérebro das mães cientistas explodir?”

O debate das mesas anteriores girou especialmente em torno das diferentes perspectivas acerca da ciência. No entanto, foi a palestra “Importância do cuidado parental no início da vida para o desenvolvimento da aprendizagem e memória: evidências de estudos com modelos experimentais”, proferida por Pâmela Billig Mello-Carpes, da Unipampa, que mais levantou a discussão sobre os ideais acerca de maternidade, como veremos a seguir. Nela, Pâmela apresentou pesquisas de modelo experimental, desenvolvidas com roedores, para mostrar como o cuidado no início da

vida impacta o desenvolvimento da aprendizagem e da memória. Segundo ela, tais pesquisas apresentam evidências de que o cuidado pode interferir no desenvolvimento do cérebro, trazendo repercussões para a vida toda.

A noção de que o desenvolvimento da criança é reflexo direto dos cuidados no primeiro ano de vida já havia sido mencionada na mesa de abertura, pela criadora do *Parent in Science*, Fernanda Staniscuaski. Como colocou Fernanda, estudos sobre o desenvolvimento dos primeiros anos de vida das crianças apontariam para a necessidade de licenças maternidade e parentais maiores, para que as famílias possam se dedicar mais ao cuidado dos filhos durante esse período. Em suas palavras:

Cientificamente já não tenho mais dúvida de que os primeiros anos de vida da criança são essenciais para o desenvolvimento daquela criança. E a gente não está falando só da questão física. Outras competências que a criança vai desenvolver ao longo da vida são consequência desses primeiros anos. E esse desenvolvimento é dependente de como as crianças interagem com seus pais, que é consequência do tempo e dedicação. (Fernanda)

A amamentação também é destacada por Fernanda, que citou, em sua fala, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em prol do aleitamento materno. Além disso, no próprio questionário *online* do *Parent in Science*, voltado para professoras, há as seguintes perguntas sobre amamentação: “Foi realizado o aleitamento materno? Em livre demanda? Por quanto tempo?”. Em sua palestra, Fernanda comentou essa questão, dizendo ter ficado feliz “em ver que a maioria das pesquisadoras encarou a livre demanda exclusiva nos primeiros seis meses”.

Na palestra de Pâmela, como é frequente em pesquisas de modelo experimental, é apresentada a ideia de continuidade entre o comportamento dos animais estudados e o comportamento humano, embora o último seja descrito como notadamente mais complexo, uma vez que se relaciona a “fatores sociais e culturais”⁵. Essa maior complexidade humana era ressaltada em vários momentos por Pâmela, em falas como: “não estou desfazendo de maneira alguma os aspectos sociais”, ou, “nos animais a sociedade é diferente”. A principal diferença pontuada por ela é que entre aquela espécie de animais estudada, a única responsável pelo cuidado dos filhotes é a fêmea. Já ao olharmos para seres humanos, ela observa que não se deve falar só da mãe, mas sim dos “adultos cuidadores”. Em suas palavras: “Isso não é função única e exclusiva da

⁵ Para uma crítica à extrapolação de pesquisas com modelos animais para seres humanos ver, por exemplo, Wijngaard (1997) e Haraway (1989).

mãe, a mãe não precisa pegar a capa de super-heroína”, “o pai precisa assumir um papel também de responsabilidade”.

A pesquisa apresentada por Pâmela foi realizada retirando-se a rata mãe três horas por dia nos primeiros dez dias de vida dos filhotes, que não receberam nenhum tipo de cuidado durante este período, exceto pelo leite materno oferecido pelos pesquisadores. Os resultados mostraram que esse período de privação gerou um déficit de aprendizagem que persistiu na vida adulta. Pâmela comenta os resultados da pesquisa da seguinte forma:

Tudo o que a gente sabe um pouco de forma intuitiva, tem fundamento biológico. O cuidado é extremamente importante para o desenvolvimento do cérebro. A forma como a gente interage com os nossos filhos, principalmente nesses primeiros anos de vida, vai lapidar o cérebro dele, ou pelo menos dar indicativos de por onde ele vai se desenvolver. (Pâmela)

Para Pâmela, a mãe se dedicar aos cuidados com os filhos ocorreria de forma mais natural e instintiva. Segundo ela:

Dentro das neurociências a gente sabe que o cérebro da mãe se modifica quando ela tem filhos. Isso acontece muito cedo, porque ela já está há nove meses com o filho. O pai, o primeiro contato físico vai ser quando a criança nascer. [...] Se quando a criança nascer o pai começar a ter essa ação de cuidado, o cérebro dele também muda. Mas diferente da mãe, que a mudança é quase que instintiva, o pai precisa ter essa atividade de querer cuidar, para poder ter essas mudanças no circuito afetivo do cuidado. Mas, sim, o cérebro dele também se modifica pra melhor a partir do cuidado com os filhos. (Pâmela)

A ênfase da palestrante aos “fatores sociais” e à necessidade de se partilhar os cuidados dos filhos entre mães e pais rendeu algumas reações da plateia durante o debate. Podemos destacar a fala de uma neurocientista que declara ter ficado “incomodada” ao longo da palestra. Sua crítica é que fatores neurobiológicos teriam sido minimizados ou mesmo negados durante a palestra, e esses fatores estariam no cerne do abandono das mães à carreira científica. Como ela explica:

Assim, tu meio que tem que deixar de lado essa questão instintiva se tu quiser continuar sendo uma boa profissional. Só que esse vínculo, essa mudança encefálica, não é só cultural. [...] a sensação que eu tive depois das minhas duas gestações é que meu cérebro era papinha. Eu não conseguia ter memória, não conseguia articular ideias, esquecia palavras. [...] Isso tem uma função biológica, que é de colocar o foco ali. [...] Então, assim, eu acho que um pouco da nossa luta é o direito de mulheres que querem ser mães de

poderem ser mães de verdade, exercendo a maternidade de uma forma que respeite sua biologia [...]. (plateia1)

Pâmela responde à colocação dizendo que concorda com alguns pontos, mas rebate perguntando o que seria “uma mãe de verdade” e “uma boa mãe”. Explica também que foi mãe muito jovem, e por não ter aberto mão de sua carreira na época, recebeu muitas críticas. “Não é que eu não quisesse estar com meu filho, mas eu queria estar também no laboratório. Todo mundo te julga.”, diz ela. Importante para ela seria lutar pela liberdade de escolha da mulher, sem que ela seja julgada por isso.

Outra pessoa na plateia concorda com a primeira colocação:

Eu percebo que tem um julgamento hoje em quem decide ser mãe nesse sentido de completude. Não é no sentido de ser boa mãe, mas é de seguir seu instinto. Não é: ‘ah, você está sendo mãe porque é uma questão socialmente construída’. Não, tem um monte de questões hormonais que estão me levando a esse comportamento. E eu gosto, e ele me dá prazer. Só que, assim, eu vou ter que abrir mão porque senão eu não vou ter carreira, e porque as pessoas julgam. (plateia2)

Nas perspectivas trazidas pelas colocações da plateia, a noção de instinto materno parece estar na base do que constituiria uma “boa mãe”, ou uma “mãe de verdade”.

No clássico trabalho “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, Elisabeth Badinter (1985) questiona a existência do amor materno como um aspecto biológico e instintivo, e traça seu processo de construção, no qual a amamentação é uma peça central. Assim, ela descreve como havia na França, até o século XVIII, o hábito de se contratar amas-de-leite, sendo comum as crianças passarem os primeiros anos longe da família. A amamentação era considerada ridícula, repugnante e vulgar, e as demais tarefas maternas não eram objeto de nenhuma atenção ou valorização pela sociedade. É no final do século XVIII que a imagem da mãe na sociedade europeia começa a se modificar radicalmente, e o mito do instinto materno, assim como o do amor espontâneo de toda mãe pelo filho, começa a ser engendrado. A partir de 1760, por exemplo, aumentam as publicações que recomendam que as mães cuidem pessoalmente de seus filhos e, principalmente, que os amamentem. O novo imperativo é a sobrevivência das crianças, já que as altas taxas de mortalidade infantil passaram a preocupar o Estado. As mães, portanto, precisavam ser convencidas a amamentar, convencimento que vinha

através de um sedutor discurso de valorização da maternidade trazido por médicos e especialistas. Deste modo, a maternidade torna-se um papel gratificante quando passa a estar impregnada de ideal – sendo chamada ora de “nobre função”, ora de “nobre sacrifício” –, devendo a mãe ser a maior responsável pela saúde, desenvolvimento e felicidade dos filhos. Por isso, em vez de instinto, Badinter considera que há uma enorme pressão social para que a mulher só possa se realizar na maternidade.

Assim, na apresentação do Simpósio, embora a palestrante tenha chamado muita atenção para aspectos sociais e culturais em torno da criação de filhos, e tenha se posicionado contrária à ideia de que haveria uma forma mais “correta” de se “maternar”, o debate trouxe à tona noções de maternidade bastante tradicionais, calcadas em um suposto instinto materno, que se materializaria no cérebro e na atuação dos hormônios.

Além disso, é preciso observar que o cérebro não aparece por acaso nessa discussão. De objeto científico e médico, ele é “promovido” a um ator social, e se torna um personagem da imaginação contemporânea, passando a ser utilizado cada vez mais para descrever e compreender comportamentos sociais (EHRENBERG, 2004). Com isso, o cérebro vem ocupando uma posição hierarquicamente superior não apenas aos outros órgãos do corpo humano, mas superior também à noção de mente e ao próprio corpo (AZIZE, 2010). Atualmente, ele ocupa lugar central no processo de descrição da individualidade e subjetividade em termos corporais (ORTEGA, 2008). Combinado aos hormônios, tais discursos acerca do cérebro procuram, muitas vezes, “materializar” ou “substancializar” supostas diferenças biológicas entre homens e mulheres (ROHDEN, 2010; NUCCI, 2015).

Cordelia Fine é uma autora que se dedica a criticar o que cunhou de “neurosexismos”, isto é, os estereótipos de gênero que permeiam a produção da área das neurociências voltada para a investigação de supostas diferenças cerebrais entre homens e mulheres. De acordo com Fine, o neurosexismo ao mesmo tempo reflete e reforça crenças culturais, adicionando uma “aura” de cientificidade a velhos estereótipos sobre a masculinidade e feminilidade, reforçando-os ainda mais (FINE, 2010). Para a autora, há três frentes de produção, distintas, porém complementares, em que o neurosexismo se faz presente: as pesquisas neurocientíficas em si, que buscam por diferenças cerebrais entre homens e mulheres, a divulgação científica dessas pesquisas, e um tipo ainda mais específico de divulgação ou “vulgarização” científica: a

literatura de autoajuda de cunho neurocientífico. Aqui, iremos nos deter na análise de Fine a este último tipo de produção.

Antes de entrar propriamente na discussão, cabe aqui um parêntese para situar a literatura de auto-ajuda de cunho neurocientífico. Trata-se de livros como “Os homens são de Marte, as mulheres são de Vênus” e outros títulos similares. Rogerio Azize (2010) investigou este processo em que a neurociência deixa o meio estritamente biomédico e científico para penetrar o cotidiano da vida em sociedade. Há, assim, uma difusão massiva, nos meios de comunicação de massa, de temáticas variadas relacionadas à neurociência. Para Azize, esta seria a “autoajuda em seu ápice”, já que estas recomendações não seriam “mero reflexo” de opiniões pessoais, mas estariam “solidamente embasadas” e chanceladas pelo conhecimento científico. Assim, tais materiais teriam a pretensão de reunir o “melhor” da divulgação científica – ou seja, aquilo que possui utilidade e interesse público, permitindo uma melhora na “qualidade de vida” –, baseando-se sempre em fatos científicos. Ao mesmo tempo, é preciso notar que este discurso de autoajuda científica funciona também como um veículo de moralização, já que o público precisa estar disposto a colocar em prática conselhos e realizar mudanças em seu estilo de vida. Do mesmo modo, Fabiola Rohden (2010) observa como, nesse tipo de publicação, a legitimidade da ciência é utilizada o tempo todo para promover novas formas de administração da vida cotidiana. Assim, essas informações fornecem o arsenal básico por meio do qual as pessoas devem orientar e justificar a performance de seus corpos e comportamentos (ROHDEN, 2010, p. 421).

Voltando à Cordelia Fine, em seu bem-humorado artigo “Irá o cérebro das mães trabalhadoras explodir?” (2008), ela analisa a obra de Louann Brizendine, neuropsiquiatra estadunidense, que publicou o livro que no Brasil recebeu o título de “Como as mulheres pensam⁶”.

O livro de Brizendine defende a ideia de que o cérebro feminino é fundamentalmente diferente do cérebro masculino, devido a fatores biológicos inatos. Por conta dessas diferenças, mulheres possuem habilidades específicas, mas também enfrentam desafios específicos. Deste modo, o “sucesso” profissional feminino em determinadas áreas seria muito mais difícil de ser alcançado do que o “sucesso”

⁶No original o livro se chama “The Female Brain”.

masculino, já que a mulher precisaria sempre lutar para equilibrar sua vida profissional com suas “necessidades femininas”, como relacionamentos e o cuidado com filhos.

Além disso, para Brizendine, combinar maternidade e carreira “sobrecarregaria” os circuitos cerebrais femininos, levando a uma espécie de “cabo-de-guerra neurológico”. Essa sobrecarga, por sua vez, reduziria a “energia cerebral” feminina, tanto no trabalho, como no cuidado dos filhos⁷. Porém, é justamente a compreensão dessa configuração cerebral e da “biologia inata” que possibilitaria à mulher se organizar e planejar melhor seu futuro (BRIZENDINE apud FINE, 2008, p. 70). Como ironiza Fine (2008), portanto, não são as políticas favoráveis à família nos locais de trabalho, a existência de leis que apoiem mães trabalhadoras, e nem mesmo o compartilhamento dos cuidados dos filhos com os pais, que ajudariam a reduzir o estresse materno e evitar a “sobrecarga cerebral”, mas, sim, a existência de livros como o de Brizendine, capazes de “informar” e “ajudar” as mulheres. A mensagem final do livro de Brizendine é que as mulheres podem fazer qualquer coisa que queiram fazer, mas, devido aos seus “cérebros femininos”, isso provavelmente demandará muito trabalho, podendo, inclusive, prejudicar sua saúde. (BLUHM, 2012, p. 239) O objetivo do livro, portanto, seria o de fornecer informações que mulheres precisariam a fim de “tirar o máximo” de seus “cérebros femininos”.

A análise de Fine ao livro de Brizendine e aos discursos sobre o cérebro e sua “sedutora cientificidade” (FINE, 2010) nos ajudam a pensar sobre a forma como o cérebro e os hormônios aparecem no debate do Simpósio organizado pela *Parent in Science* – seja o dos bebês em seus primeiros anos de vida, seja o das mães, que viraram “papinha” com o nascimento dos filhos. Embora a palestrante tenha chamado atenção repetidas vezes para os “aspectos sociais” que devem ser levados em conta ao falarmos de seres humanos, os “aspectos cerebrais” chamam atenção, e as colocações da plateia parecem caminhar em direção a uma tentativa de “substancialização” ou “materialização” da maternidade.

⁷ Como aponta Fine (2008), o discurso da “sobrecarga cerebral” feminina, por conta da “difícil conciliação” entre maternidade e vida profissional, se assemelha em muito com o discurso médico do século XIX. Este é o exemplo, como já vimos, das teses sobre sexualidade produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, analisadas por Fabiola Rohden (2001), em que a educação “exagerada” de meninas poderia desviar a energia destinada aos órgãos sexuais para o cérebro, “corrompendo” a “natureza feminina”.

Considerações finais:

Como vimos, o *Parent in Science* – e em especial, aqui, os debates levantados no “1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência”, organizado pelo grupo – levantam importantes questões sobre ideais em torno da maternidade e sobre diferentes perspectivas em torno da prática científica, que se evidenciam de forma mais profunda nas tensões entre ciências humanas/ sociais e ciências biológicas/ exatas.

Acima de tudo, é preciso destacar o esforço do *Parent in Science* em levantar a discussão, pressionar instituições e agências de fomento e trazer mudanças concretas que visam diminuir as desigualdades na ciência. O simpósio sobre maternidade e ciência, por exemplo, contou com uma mesa que teve o objetivo de debater com agências de fomento e instituições de ensino estratégias e políticas de apoio voltadas para mães que estão na carreira científica. A mesa foi composta por uma reitora e as duas vice-reitoras de duas universidades federais do Rio Grande do Sul, pelo presidente da FAPERGS, o presidente do Instituto Serrapilheira⁸ e uma representante da CAPES. Durante a mesa, discutiu-se a necessidade de se avaliar um currículo de uma mãe de criança pequena – seja para um concurso docente, ou ao se pleitear uma bolsa ou concorrer a um edital, por exemplo – de forma diferente de uma pessoa sem filhos. Assim, pensou-se em estratégias para sinalizar que esta mulher esteve em licença maternidade, o que justificaria um possível “buraco no Lattes” deste período. Os/as representantes declararam estar sensíveis à discussão, e se comprometeram a levar o debate para suas instituições. Além disso, posteriormente, uma representante do *Parent in Science*, Fernanda Werneck, foi recebida pelo CNPq⁹, onde entregou uma carta assinada por diferentes entidades científicas brasileiras solicitando a inclusão da licença maternidade no currículo Lattes, bem como um relato sobre o que foi discutido no “1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência”.

Para fechar minha reflexão, retomo aqui a perspectiva da crítica feminista à ciência, em especial, a crítica à neutralidade e objetividade científica, para nos ajudar a pensar em uma ciência situada que tome posição no debate sobre gênero, maternidade e ciência. Assim, encaro aqui fatos científicos não como mera “representação da

⁸ O Instituto Serrapilheira é uma instituição privada sem fins lucrativos que financia projetos das áreas das Ciências da Vida, Física, Geociências, Química, Matemática e Ciência da Computação.

⁹ < http://cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/6258109 > Último acesso em outubro de 2018.

natureza” neutra ou desinteressada, mas sim como uma atividade humana inseparável de seu contexto social, tempo e lugar. Sendo assim, não há ciência apolítica, já que ela está emaranhada – seja consciente ou inconscientemente – com fatores culturais, políticos, sociais e econômicos (NUCCI, 2018).

A partir dessa perspectiva, podemos encarar a exclusão feminina da ciência como algo constitutivo da própria definição do que é ciência: objetiva, racional, universal, impessoal e, logo, necessariamente masculina. Deste modo, o próprio ideal de objetividade científica é identificado como masculino e racional, enquanto que a subjetividade, seu oposto, é considerada uma característica feminina. Isto é, a ciência reproduz e incorpora visões do mundo e valores masculinos. Como observa Londa Schiebinger:

A ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, e, por isso, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. (SCHIEBINGER, 2001, p. 37)

Neste sentido, Donna Haraway (1995; 1989), importante autora deste campo, observa que não há uma ciência que escape da complexa teia cultural da qual faz parte. Por isso mesmo, a ideia da ciência como objetiva e neutra seria uma poderosa “ficção ideológica”. Se, em nossa sociedade, é a ciência que define o lugar do homem na natureza e na história, e que provê instrumentos para dominação do corpo e da comunidade, a tentativa feminista de apropriação da ciência é uma luta por *poder* e para definir aquilo que é “natural” para nós mesmos. O feminismo é, em parte, um projeto de reconstrução da vida pública e seus significados – é também a busca por novas histórias, novas linguagens, perspectivas, possibilidades e limites. Assim como a ciência, o feminismo é uma disputa por significados, autoridade e conhecimento. A natureza é construída e constituída historicamente, e não descoberta. Portanto, para Haraway, as feministas devem entrar nesta briga e contestação em torno dos significados sobre corpos e natureza. A ciência, assim, deve fazer parte de uma “zona de contestação”.

Haraway se interessa pelo processo das mulheres construírem uma voz e terem autoridade científica, e como, neste processo, devem aprender a decifrar o que ela chama de “texto da natureza”, cuja autoria e legitimidade são masculinas. Cientistas

feministas não estariam produzindo uma ciência “mais real”, mas sim novas histórias, novas visões e linguagens. Assim, a autora propõe ir além da denúncia de vieses científicos e separação entre a ciência “boa” e a “má”. Para ela, tomar posição é a palavra-chave. Ao invés de pensar em relativismo ou em uma objetividade transcendente, os saberes devem ser localizados. Segundo Haraway, uma ciência feminista, portanto, é uma ciência que possui um posicionamento crítico. Assim, ao criticar o reducionismo biológico e a autoridade científica, as feministas não devem buscar como saída o relativismo. A objetividade, portanto, ao contrário do que poderia parecer, não deve dizer respeito a um desengajamento ou a estar livre de interesses, mas, sim, deve dizer respeito à tomada de posição, a se assumir riscos e prestar contas. É isto que Haraway irá chamar de uma *objetividade corporificada*: isto é, uma objetividade feminista, ou, simplesmente, uma *ciência localizada* (HARAWAY, 1995). Ainda que não feche a questão ou nos traga soluções, a ideia de ciência localizada de Haraway pode nos ajudar a complexificar o debate sobre gênero, maternidades e ciência.

Referências:

ALZUGUIR, Fernanda; NUCCI, Marina. Maternidade mamífera? Concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 1, pp. 217-238, 2015.

AZIZE, Rogerio Lopes. *A nova ordem cerebral: a concepção de ‘pessoa’ na difusão neurocientífica* [tese]. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BLUHM, Robyn. Beyond Neurosexism: Is it Possible to Defend the Female Brain? In: BLUHM, Robyn; JACOBSON, Anne; MAIBOM, Heidi. *Neurofeminism: Issues at the intersection of feminist theory and cognitive science*. New York: Palgrave, 2012, p. 230-245.

CAMARGO JR., Kenneth Rochel de; ROHDEN, Fabíola; CACERES, Carlos. Ciência, gênero e sexualidade. In: SEMINÁRIO DIÁLOGO LATINO-AMERICANO SOBRE SEXUALIDADE E GEOPOLÍTICA, 2009.

CARNEIRO, Rosamaria. Cenas de parto e políticas do corpo: uma etnografia de práticas femininas de parto humanizado [tese]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001.

EHRENBERG, A. Le sujet cerebral. *Esprit*, n.309, p.130-155, nov. 2004.

FINE, Cordelia. Will Working Mother's Brain Explode? The Popular New Genre of Neurosexism. *Neuroethics*, n. 1, p. 69-72, 2008.

FINE, Cordelia. *Delusions of gender: The real science behind sex differences*. London: Icon Books, 2010.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.

_____. *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. New York: Routledge, 1989.

NUCCI, Marina. Crítica feminista à ciência: das “feministas biólogas” ao caso das “neurofeministas”. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 11, e41089, 2018.

_____. “Não chore, pesquise!”: reflexões sobre sexo, gênero e ciências a partir do neurofeminismo [tese]. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Medicina Social, 2015.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 477-509, 2008.

PULHEZ, Mariana. *Mulheres mamíferas: práticas da maternidade ativa* [dissertação]. São Paulo: Campinas, 2015.

ROHDEN, Fabiola. O que se vê no cérebro: a pequena diferença entre os gêneros? In: MALUF, Sônia; TORNQUIST, Carmen (Org.). *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, v. 1, 2010, p. 403-439.

ROHDEN, Fabiola. *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 137-150, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

TORNQUIST, Carmen Susana. Parto e poder: O movimento pela humanização do parto no Brasil [tese]. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina; 2004.

WIJNGAARD, Marianne van den. *Reinventing the Sexes: the biomedical construction of femininity and masculinity*. Bloomington Indianapolis: Indiana Univ. Press, 1997.